



Miguilim

revista eletrônica do netli
volume 6, número 2, Maio-Ago. 2017

A VARIAÇÃO/MUDANÇA NUMA PERSPECTIVA SOCIOFUNCIONALISTA



THE VARIATION/CHANGE IN A SOCIOFUNCTIONALISTIC PERSPECTIVE

Camilo Rosa SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, Brasil
Maria José OLIVEIRA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE,
Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)
RECEBIDO EM 09/04/2017 • APROVADO EM 14/08/2017

Abstract

This paper discusses the process variation/change under a sociofunctionalist look. It appears as a literature view that revisits concept sand theoretical and methodological assumptions of sociolinguistics and functionalist theory, in order to raise convergences related to the treatment of variation in two parts, sailing up the third approach called sociofunctionalist. It is based on the authors sociolinguistic: Labov (2008 [1972]; Campoy (2005); Weinrich; Labov, Herzog (1968);

Tagliamonte (2006); the linguistic functionalism: Givón (2001, 2005), Hopper (1987); and Brinton and Traugott (2005). To summarize the sociofunctionalist perspective, reference is made to Tavares studies (2013), illustrated with examples of Barcia (2006). The study nods to some points of convergence between the two models, such as the primacy of language use, the highlight for the frequency, synchronous nature study linked to diachronic; interest in interactional factors; studies in the light of grammaticalization; gradual change; uniformitarianism, among others, and the change by grammaticalization is considered one of the pillars of functionalist analysis, given that the principles of stratification, persistence and expertise (principles of grammaticalization) are effectively in light to explain any item in change, a fact that emerges the two strands.

Resumo

Este trabalho discorre sobre o processo de variação/mudança sob um olhar sociofuncionalista. Configura-se, assim, como uma revisita a conceitos e pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo Norte-Americano. O objetivo é levantar convergências relacionadas ao tratamento da variação nas duas vertentes, projetando-se uma terceira abordagem: o chamado Sociofuncionalismo. A revisão teórica é alimentada por autores da Sociolinguística, a saber, Labov (2008[1972]); Campoy (2005); Weinrich; Labov; Herzog (1968); Tagliamonte (2006); e do Funcionalismo Linguístico: Givón (2001, 2005); Hopper (1987); Brinton e Traugott (2005). Para sumarizar a perspectiva sociofuncionalista, remetemo-nos aos estudos de Tavares (2013), e a exemplos de Barcia (2006). O estudo acena para alguns pontos de convergência entre os dois modelos, tais como: primazia da língua em uso; destaque para a frequência de uso; estudo de cunho sincrônico atrelado ao diacrônico; interesse por fatores interacionais; gradualidade da mudança; uniformitarismo, entre outros. Inserida em tal contexto, a mudança por gramaticalização é considerada um dos fios condutores das análises, tendo em vista que os princípios da estratificação, da persistência e da especialização são efetivamente esclarecedores em relação aos movimentos de mudança por que passam itens ou construções linguísticas, fato esse que converge às duas vertentes.

Entradas para indexação

Keywords: Functionalism. Sociolinguistics. Sociofunctionalism.

Palavras-chave: Funcionalismo. Sociolinguística. Sociofuncionalismo.

Texto integral

Sociofuncionalismo é um termo utilizado para representar a articulação entre os enfoques da Sociolinguística e do Funcionalismo Linguístico ou Linguística Baseada no Uso (BYBEE, 2010). É provável que a primeira referência ao termo remeta ao Programa de Estudos sobre o Uso da Língua - PEUL/RJ (NEVES, 1999), quando foi utilizado, nos anos de 1980, com o propósito de analisar tendências de regularidade de uso variável advindas do ato de processar a língua em situações comunicativas. Depois de constar das agendas da década referida, os estudos

ganharam fôlego, assumindo amplo espaço como uma terceira possibilidade de esteio para pesquisas que enfocam a variação e a mudança linguísticas.

Observando o desenrolar dessa perspectiva mista, o que representa um aumento de escopo para os estudos da área, este artigo tenta realizar uma leitura dos aparatos teóricos de ambas as abordagens, apontando a convergência que ativa a perspectiva aglutinadora. O objeto de estudo, portanto, é o tratamento que pode ser posto em prática no que diz respeito à variação e à mudança sob um olhar sociofuncionalista. Desse modo, serão revisitados conceitos e pressupostos teórico-metodológicos basilares da Sociolinguística e da Linguística Funcional, na tentativa de explicitar as convergências propícias ao tratamento da variação/mudança nas duas vertentes. Destarte, defendemos a integração de ambas as teorias, velejando na terceira abordagem, rotulada de Sociofuncionalismo.

Para tanto, forjamos um diálogo entre autores da Sociolinguística, tais como Labov (2008 [1972]), Campoy (2005), Weinreich; Labov; Herzog (1968), Tagliamonte (2006) e do Funcionalismo Linguístico, entre os quais destacamos: Givón (2001, 2005), Hopper (1987) Brinton e Traugott (2005). Nesse terreno, a gramaticalização passa a ser considerada como princípio pertinente aos estudos da variação e da mudança, sobretudo, quando lida com dados coletados sob o aporte teórico-metodológico da sociolinguística laboviana. Estão dados, nesse contexto, os elementos estruturais e conteudísticos propícios à análise sociofuncionalista. Para sumarizar e ilustrar essa última perspectiva, remetemo-nos a Tavares (2013).

Visando a atingir os propósitos elencados, além desta introdução e da conclusão, o texto se organiza em subseções que acomodam uma tentativa de diálogo entre as teorias, buscando situar a Sociolinguística e seu olhar sobre a variação e a mudança; o Funcionalismo, seus entornos e contornos; a gramaticalização e suas relações com a mudança linguística. Cumprido esse trajeto, vislumbramos a proposta de uma abordagem sociofuncionalista que contemple o tratamento dos fenômenos em tela.

2 A CONVERSA ENTRE AS TEORIAS

2.1 Sociolinguística *versus* Funcionalismo: conceitos e pressupostos teóricos e/ou metodológicos

Concebida como ciência de natureza interdisciplinar, que se ocupa das relações entre linguagem e sociedade (TRUDGILL, 2000, p.21), desde meados dos anos 1960, a sociolinguística vem se convertendo numa das subáreas da Linguística que se debruça sobre a língua em uso. Aqui cabem as conversas ativadas em situações corriqueiras, naturais e espontâneas, travadas em eventos de fala, nutrindo, em especial, os empregos heterogêneos, servindo material para o controle de fatores linguísticos e sociais. Na percepção de Labov (2008 [1972], p.13), essa seria a língua “usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos”.

De fato, embora se registrem alguns posicionamentos controversos, como também resistências ao termo “sociolinguística” para rotular essa abordagem _ para Labov (2008 [1972], p. 215), era “um uso um tanto enganoso de um termo estranhamente redundante”_, é sob essa denominação que se vem identificando o estudo linguístico que amplia a base social fornecedora de dados para análise.

A esse respeito, Campoy (2005, p. 01) argumenta que, para os mais reticentes, essa perspectiva de análise é uma tentativa interdisciplinar; para outros, uma parte da linguística geral e, para os mais radicais, o núcleo central da linguística, uma vez que toda linguística é “social”. Partindo de raciocínios como esse, o autor destaca cinco características definidoras da Sociolinguística: i) é uma ciência; ii) é um ramo da linguística; iii) concebe a linguagem como fenômeno social e cultural; iv) estuda a linguagem em seu contexto social, em situações de vida real, por intermédio da investigação empírica e v) está relacionada com a metodologia e conteúdos das ciências sociais, tais como a Antropologia e a Sociologia.

Para situar a Sociolinguística como ciência, é preciso compreender que, à época do seu surgimento, o mundo era explicado por dois marcos teóricos: o cartesiano e o hegeliano (MARKOV, 1982). O marco cartesiano defendia a língua como sistema, autonomia da forma sobre a função, o conhecimento intuitivo, sintaxe autônoma, dualismo entre mente e corpo e os universais como expressão da verdade. Ao contrário do cartesiano, o marco hegeliano sublinha a integralização da dualidade entre corpo e mente, sujeito e objeto, na intenção de tratá-los como um todo. Baseia-se nos princípios da natureza interativa, conhecimento reflexivo buscado por meio da coleta de dados, pesquisa de campo, obtidos pela ação humana. Entre outras características, insiste na inter-relação entre forma e função e na defesa de uma gramática em construção.

Estudiosos, como Figueroa (1984), consideram que a Sociolinguística se aproxima do marco hegeliano. Outros propõem a integração dos dois paradigmas (cf. FASOLD, 1996; MILROY, 1988; ROMAINE, 1982).

Desse modo, inserida em um campo interdisciplinar, envolta por posturas analíticas diversificadas, que revelam as escolhas preferenciais de diversos autores, as evidências conceituais e empíricas retratam a Sociolinguística como disciplina integrada, teórica e metodologicamente, aos dois paradigmas, embora tendendo para o aparato funcionalista.

Diante dessa constatação, somos autorizados a afirmar que a Sociolinguística agrega muitas áreas de interesse, as quais contemplam temas como o multilinguismo, o surgimento e a extinção de línguas, além do interesse especial pelos fenômenos de variação e mudança linguística (CAMPOY, 2005). Devido às limitações inerentes à natureza do texto ora arquitetado, vamos restringir apenas à teoria da variação e mudança.

2.1.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA

Talvez o que se tenha de mais relevante na Teoria da Variação e da Mudança Linguística tenha sido discutido no trabalho de Weinreich, Labov e Herzog (2006), publicado em 1968. Essa obra rompeu com a ideia estabelecida pela corrente de estudos linguísticos que prezava pela identidade entre estrutura e homogeneidade. Para desestabilizar essa visão, foi proposto um estudo baseado na heterogeneidade ordenada da língua, o que os autores ditam como “a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua”, ou seja, defende-se a variabilidade linguística em todos os níveis. Na propositura de Labov (2008 [1972], p. 238), “a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala investigadas estão certamente bem fundamentadas nos fatos. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala que deve ser posta em dúvida”.

Desse modo, percebe-se a defesa da variação como algo inerente à língua. É o que, também segundo Labov (2008[1972]), traduz duas ou mais formas distintas de dizer a mesma coisa, ou seja, a pressuposição de formas linguísticas alternativas de expressar o mesmo significado ou função. Desse modo, cada variável pode representar uma forma abstrata que se materializa nas suas formas variantes. Como exemplo, pode-se citar a marca de concordância no verbo ou ausência de marca de concordância (MOLLICA; BRAGA, 2013). As variantes formam o que chamamos de variável linguística. Uma variável é considerada dependente quando influenciada por um grupo de fatores. Para essa perspectiva teórica, a língua deve ser observada em seu contexto sociocultural, de modo que se conceba a heterogeneidade linguística como influenciada tanto por fatores internos como externos ao sistema da língua.

O objetivo maior dos estudos variacionistas é explicitar a língua cotidiana, chamada por Labov (2008 [1972], p.244) de vernáculo, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”. Assentado nessa perspectiva, o estudo linguístico deve levar em conta o contexto social, embora se possa considerar que a entrevista método utilizado nas pesquisas sociolinguísticas _ apesar de considerado o mais apropriado, pode tolher um pouco a naturalidade da fala, dado que a presença do entrevistador interfere, sobretudo, na espontaneidade dos indivíduos que a ela se submetem.

O estudo da variação está atrelado quase indissociavelmente ao da mudança linguística. Assim é que, para se compreenderem as mudanças por que passam as línguas, é necessário, quase sempre, observar os estágios em que a variação se manifestou. Nesse sentido, é certo que não se pode entender o desenvolvimento da mudança, em uma comunidade, sem levar em consideração as experiências interacionais dos usuários da língua, posto que são influenciadas por pressões sociais as mais diversas. Observamos, portanto, que não só os fatores internos devem ser analisados para se compreenderem os padrões das manifestações das línguas, mas também os externos, conforme afirmam Weinreich; Labov; Herzog (2006, p. 126):

Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações confinadas a um outro aspecto, não importa quão bem construídas,

falharão em explicar o rico volume de regularidade que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

Assim, grosso modo, o ato de estudar um fenômeno da língua deve considerar tanto os aspectos da estrutura (fatores internos), quanto os sociais (fatores externos: sexo, idade, escolaridade). Sobre esse caráter múltiplo inerente às motivações que levam à mudança, é bastante apropriada a afirmação de Guy e Zilles (2007, p.19): “Um dos atrativos – e um dos desafios – da pesquisa dialetal é a de ter a visão de Jano sobre os problemas da linguagem humana, simultaneamente olhando, de um lado, para a organização das formas linguísticas, e, de outro, para a sua significância social”.

Entende-se, pois, que a análise das formas variantes de uma variável linguística pode revelar comportamentos que são explicados pela ação de fatores linguísticos e sociais; que a variação não é aleatória, mas estruturada e pode ser explicada; e que o processo de mudança linguística ocorrido em uma comunidade está sempre se atualizando na variação observada em cada momento, nos padrões do comportamento linguístico dos falantes. De um modo geral, mudança pressupõe variação, mas a variação não implica necessariamente na mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

2.1.1.1 O MÉTODO QUANTITATIVO

Resenhando estudos como o de Tagliamonte (2008, p. 12), percebemos que talvez o aspecto mais importante na análise da variação seja a abordagem quantitativa. Segundo a autora, estudos contemplativos desse modelo sociolinguístico variacionista são baseados na observação de que os falantes mudam a língua durante o uso. Essas mudanças são “alternativas discretas” com o mesmo referencial de valor ou função gramatical¹. É relevante considerar que essas mudanças acontecem de um modo sistemático e, por esse motivo, podem ser quantitativamente controladas (LABOV, 2008[1972]).

Um exemplo a ser citado é o modelo de metodologia de variação proposto por Sankoff (1988), que é considerado uma ferramenta vantajosa para o estudo das variáveis, haja vista que controla fatores multidimensionais, como contexto, estilo, além de características sociodemográficas. Nesse sentido, também, considera influências da comunidade e da vizinhança nas quais o falante esteja inserido para identificar tendências e regularidades interpretáveis nos dados (SANKOFF, 1988).

De acordo com Naro (2003, p. 25), limitações impostas pelo método podem estar sob responsabilidade do “próprio linguista”, a quem cabe a habilidade de escolher os fatores significantes, bem como a ordem destes no contexto, para interpretar os resultados conforme a base teórica do trabalho. Afinal, como bem lembra Guy (1995, p. 235): “o último objetivo de qualquer estudo quantitativo [...] não é produzir números (isto é, estatísticas sumarizadas), mas identificar e explicar o fenômeno linguístico”.²

Dessa forma, o papel central do pesquisador reside em identificar padrões de distribuição das variantes, para mapear as influências do universo sociocultural, linguístico e estilístico (TAVARES, 2013). Assim sendo, torna-se necessário observar como se ritualizam as pesquisas quantitativas. Para tanto, também de acordo com Tavares (2013, p.30), os passos de análise que devem ser percorridos em um trabalho que envolve a variação e a mudança são os seguintes:

- definição do envelope de variação³;
- levantamento de hipóteses para explicar possíveis tendências;
- coleta, codificação e tratamento estatístico dos dados;
- verificação de confirmação ou descarte das hipóteses testadas.

Compartilhando o pensamento da autora, é importante anotar que, ao se deparar com uma variável linguística, o pesquisador estuda a variável e as formas variantes, codifica dados, levanta hipóteses com base na teoria e os submete a tratamento estatístico, interpretando os resultados.

Vale considerar que, a princípio, as pesquisas sociolinguísticas variacionistas contemplavam apenas estudos que se debruçavam sobre fenômenos de variação fonético-fonológicos, provavelmente porque implicavam menos problemas teóricos (FERNANDEZ, 2005). Porém, tendo em vista o êxito da aplicação de métodos quantitativos, Labov, a despeito de contestar o enfoque funcionalista, propôs a extensão dos métodos sociolinguísticos para explicar fenômenos morfológicos e sintáticos.

À parte a posição de Labov e algumas posições funcionalistas radicais, aspectos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico se estreitam. Antevendo essa convergência, na próxima na seção, daremos realce às bases do Funcionalismo.

2.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

O Funcionalismo Linguístico ganhou forças, no fim da década de 70, especialmente, pelas contribuições de estudiosos norte-americanos, como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, os quais advogavam uma linguística baseada no uso, fundamentados pela tendência em observar a língua no âmbito contextual, levando em consideração a situação extralinguística.

Nos anos 90 do século passado, o referido movimento se redimensionou. A ênfase começou a se concentrar na ação interativa dos usuários, de modo que o traço identitário de uma abordagem funcionalista é o fato de o estudo partir necessariamente da observação da língua em situação comunicativa.

Conforme Castilho (2002, p. 6), a concepção funcionalista considera a “língua como um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da

língua. [...] A pragmática é o marco globalizador, dentro do qual se deve estudar a semântica e a sintaxe”. Esse modo de ver a língua e sua gramática evidencia que o Funcionalismo não pode se abrigar sob um único rótulo, visto que, em meio a abordagens diversas, variadas vertentes analíticas se imbricam, tornando impossível se articular um conceito unificado para o termo. Na verdade, as várias correntes desse campo de pesquisa têm sido identificadas a partir da menção ao nome dos seus proponentes: Givón, Hopper, Heine, Dik, Halliday, entre outros. Assim, convém cogitar o uso do termo no plural: Funcionalismos.

Se tomarmos o ponto de vista de Givón (1998, p. 41), para quem a codificação humana da língua combina um número de módulos distintos, os quais podem ser baseados em componentes do desenvolvimento adaptativo, relacionados aos processos comunicativos e cognitivos, estaremos defendendo o caráter adaptativo das estruturas linguísticas às circunstâncias discursivas. Essa abordagem contempla o entrelaçamento de aspectos culturais e cognitivos do ato da produção linguística.

Abrigados nessa perspectiva, são pertinentes à teoria o estudo reflexivo das evoluções, mudanças, deslizamentos, as múltiplas funções e outros processos experimentados pelas categorias mais recorrentes que servem à linguagem.

O espírito da Linguística Funcional Norte-Americana ou Linguística Baseada no Uso está, sobretudo, presente na argumentação refutativa aos pressupostos estruturalistas, em relação ao quais Givón (1995) se rebela: i) arbitrariedade do signo linguístico; ii) idealização entre *langue* e *parole* e iii) separação diacronia/sincronia.

Posicionando-se em relação a estes pressupostos, a orientação defendida pelos funcionalistas é a de que a língua é movida pela iconicidade. Desse modo, apostam no princípio de que há motivação entre forma linguística e seu significado, sendo aquela influenciada por este (GIVÓN, 1995). Entretanto, a língua real exhibe, em algumas situações, casos em que não há relação de transparência entre forma e conteúdo, se essas formas forem tomadas sincronicamente. Destarte, podemos dizer que a correlação pode se dar entre uma forma e várias funções ou entre uma função e várias formas.

Outro paradigma refutado por Givón é a distinção entre *langue* e *parole*. Apenas os fatos relativos à *langue* (língua) foram contemplados nos estudos de Saussure, sendo postos em segundo plano os atos relativos à fala. Na perspectiva dos funcionalistas, percebemos um relevo dado ao discurso individual, encarado como nível gerador do sistema linguístico e definido como um corpo em constante transformação. Para Givón (2001), é durante a *performance* que as pressões funcionais adaptativas responsáveis pelas molduras da estrutura sincrônica (idealizada) se manifestam. Nela, a língua é adquirida e a gramática assume o formato de emergente e maleável. Nela, também, as formas se ajustam, criativamente, em função do contexto, para novas funções e significados ‘estendidos’.

Com relação ao terceiro dogma, a dicotomia sincronia/diacronia, compreendida como dois eixos separáveis, restritos a seus domínios específicos, deixa de ser considerada. Mediante as pesquisas de gramaticalização, percebe-se que, ao lado dos fenômenos que mudam com o tempo, devem ser considerados os

aspectos que parecem manter-se no curso trajetorial de categorias das línguas. De um lado, ocorre a sequência de mudanças verificáveis ao longo do tempo, e, de outro, a coexistência de um conjunto de polissemias (MARTELOTTA; ÁREAS, 2003).

Estudos de Traugott e Heine (1991) e Hopper e Traugott (1993) atestam que os mecanismos geradores das mudanças na língua dependem de fatores comunicativos e cognitivos do ato discursivo. Dessa forma, podemos considerar que o funcionalismo adote o pancronismo. Aderir a uma perspectiva de análise do ponto de vista pancrônico é reconhecer que uma análise deve partir da investigação histórica do percurso discursivo pelo qual passa uma forma, para, em consequência, entendê-la numa determinada sincronia.

A adesão às abordagens de cunho pancrônico pelos funcionalistas vem ganhando força, uma vez que, a partir delas, é possível atestar o caráter dinâmico e mutável da língua. Outra percepção facilitada pela pancronia é a de que as formas, apesar de enveredarem por funcionalidades diversas, carregam vestígios de seus significados-fontes quando postas à mercê do uso.

Para entendermos melhor os contornos gerais do Funcionalismo, podemos recorrer às premissas de Givón (1995, p. 09), as quais resumem e caracterizam essa corrente: a língua vista como uma atividade sociocultural situada; estrutura servindo a funções cognitivas e comunicativas, caracterizada como motivada, icônica e não-arbitrária; presença constante da variação e da mudança; categorias não-discretas e regras gramaticais sujeitas a flexibilidades, fazendo parte de uma estrutura maleável, cujo significado advém do contexto; concepção do caráter emergente das categorias gramaticais.

É importante salientar que o Funcionalismo apresenta, entre seus pilares, pontos como: o princípio da iconicidade, o princípio da marcação, a teoria dos protótipos e a gramaticalização. Por questão de escopo deste trabalho, debruçamos apenas sobre o princípio da gramaticalização e suas relações com a variação/mudança, posto que é o mais perceptível nas pesquisas que envolvem esses fenômenos.

3 A GRAMATICALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A VARIAÇÃO E A MUDANÇA

Uma das mais referenciadas definições de gramaticalização deve ser creditada a Hopper e Traugott (1993, p. XV), autores que enxergam o fenômeno como “o processo pelo qual itens lexicais e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”⁴.

Nessa perspectiva, os autores evidenciam que a gramaticalização não acontece de forma abrupta, mas de maneira lenta e gradual, obedecendo a uma evolução, um *continuum* que se estabelece em unidades dependentes e independentes que se reorganizam no discurso a partir de usos anteriores.

A gramaticalização é tratada como um fenômeno de mudança. Brinton e Traugott (2005, p.99) explicitam essa percepção, ao defenderem que, em

determinados contextos, “os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Ao longo do tempo, o item gramatical resultante pode se tornar mais gramatical ao adquirir mais funções gramaticais e expandir suas classes de hospedeiros”.

De um modo geral, o fenômeno da gramaticalização tem sido compreendido como um processo de mudança que opera de forma predominante numa só direção, resultando em novas formas sujeitas às pressões gerais da cognição e do uso. A recorrência do uso faz com que as formas se rotinizem, tornem-se regulares, e conseqüentemente institucionalizadas pela aceitação da comunidade linguística. Tavares (2007) enumera algumas alterações pelas quais uma forma em gramaticalização tende a passar:

- (i) desenvolvimento unidirecional no plano semântico, indo de significados concretos/lexicais para significados abstratos/gramaticais;
- (ii) ganho de propriedades morfossintáticas típicas da categoria gramatical para a qual está migrando e, em contrapartida, perda de propriedades típicas de seu emprego fonte lexical;
- (iii) erosão, com perda de substância fonética.

Na concepção de Tavares (2007), a variação da gramática se dá consoante modificações de manifestação da língua nas modalidades escrita/falada, nos gêneros discursivos, nos graus de formalidade que a situação exige ou não, bem como através da experiência particular dos interlocutores com a língua. Com base nesse dinamismo que envolve variações e mudanças, a gramática opera de forma emergente, tendo em vista a disposição das funções e formas para a mobilidade contínua.

Observando, ainda, posições defendidas por essa mesma autora, entendemos que o ponto central que motiva a mudança se localiza nas diferenças entre as experiências do mundo captadas pelos indivíduos que compartilham uma língua. Para sustentarem a interação, os interlocutores envolvidos em experiências interacionais precisam negociar formas e funções, fazer adaptações, as quais, se aceitas como manifestadas no uso, podem se rotinizar, e, por conseguinte, tornarem-se repertório da língua, prontas para serem disseminadas nos meios linguísticos e sociais.

Traugott e Heine (1991) identificam algumas condições necessárias para a ocorrência da gramaticalização, conclusões formalizadas a partir de estudos linguísticos realizados em diversas línguas. Eles apontam a forte evidência de apenas determinadas classes lexicais serem suscetíveis à gramaticalização. É considerado restrito, também, o número de itens lexicais que podem funcionar como fontes para o referido processo. Dessa maneira, os autores acrescentam que, para uma forma ser gramaticalizada, são importantes três fatores, a saber: seu conteúdo semântico; as inferências (saliência perceptual) para produção do discurso; e a frequência do uso.

É célebre a proposta de descrição do processo de gramaticalização ventilada por Hopper (1991), o qual defende a existência de cinco princípios de gramaticalização⁵, a saber:

- Estratificação: em um domínio funcional amplo, novas camadas estão emergindo continuamente. Nesse dinamismo, entre o velho e o novo, as camadas conservadoras não necessitam ser descartadas, mas podem coexistir com as camadas inovadoras.
- Divergência: se uma forma lexical sofre gramaticalização, a forma original pode permanecer como autônoma, sujeita às mesmas mudanças a que se submete um item lexical comum.
- Especialização: dentro de um domínio funcional, num determinado estágio, é possível a variedade das formas com nuances semânticas diferentes. Essa variedade estreita-se ao se configurar a gramaticalização, e, portanto, reduzem-se a variedade e opções de escolhas formais.
- Persistência: diz respeito à percepção de vestígios-fontes, ou seja, “as relíquias de outrora”⁶ deixadas por seus significados originais, ao longo do trajeto traçado pela gramaticalização.
- Decategorização: as formas, ao passarem pelo processo de gramaticalização, tendem a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e sintáticas que são peculiares às categorias plenas (nomes e verbos). Passam, pois, a se caracterizar como categorias secundárias (adjetivos, participios, preposições e conjunções).

Já Heine e Kuteva (2007) elencam quatro mecanismos inter-relacionados que, no seu modo de ver, envolvem a gramaticalização: a) dessemantização - desbotamento semântico das formas⁷; b) extensão - generalização de contextos; c) decategorização - mudança de classe; e d) erosão - redução fonética.

Pelo que observamos, há diferentes modos de compreensão do fenômeno por parte dos estudiosos, especialmente, no que diz respeito aos principais mecanismos que regem o processo. No entanto, impõe-se a relevância de alguns pressupostos para a gramaticalização. A unidirecionalidade é um deles, caracterizando-se por defender que as mudanças ocorrem prototipicamente numa direção linear, única, sem espaço para a reversibilidade, salvo raros contra-exemplos, obedecendo à seguinte escala: $A > A/B > B$.

Para Givón (1979), o processo de gramaticalização atua numa unidirecionalidade cíclica, que pode ser assim delineada: *Discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero*. Esse trajeto demarca o movimento de uma forma ou construção, cujo percurso principia no discurso, e, gradualmente, evolui para obter o *status* de categoria sintática e adquire propriedades funcionais discursivas. Na sequência, sofre alterações de cunho semântico e fonológico, deixa de ser forma livre, chegando à exaustão, pressionada por uma cristalização extrema (CASTILHO, 1997).

Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991) propõem um esquema escalar crescente de dimensão translinguística para descrever essas mudanças: *pessoa > objeto > espaço > tempo > qualidade*. No mesmo ano de 1991, os autores citados formulam o percurso universal de transferência metafórica para conectores: *espaço > (tempo) > texto*. A escala deixa evidente que as mudanças ocorrem de forma progressiva, com deslocamento de sentidos, percorrendo uma direção do + *concreto* > - *concreto*.

A distinção do real para o abstrato corresponde, segundo os autores citados, às noções de ideacional e textual de Halliday (1970). Na tentativa de explicar as funções da gramaticalização em direção a uma subjetivação crescente, eles revelam a compreensão de que o padrão de transferência acontece no seguinte percurso: ideacional/proposicional > textual. Essa posição converge para os pontos de vista de Traugott e Köning (1991), como também os de Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991).

Entretanto, o percurso acima assinalado gera questionamentos por parte dos estudiosos quando surge o terceiro item da escala: função interpessoal. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), por exemplo, manifestam-se contrários à posição da função interpessoal no último degrau da escala e invertem a ordem para: interpessoal > textual, justificando que a função interpessoal envolve relações vinculadas ao falante e ao ouvinte, no que se referem às atitudes, crenças e julgamentos (falante) e, também, às relações sociais (ouvinte), sem limites claros entre os dois domínios. Assim, Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) aconselham que, pelo menos para o componente orientado para o ouvinte, a direção do percurso em discussão seja a seguinte: *Ideacional > interpessoal > textual*.

Dito tudo isso, podemos considerar, grosso modo, que a busca por motivações funcionais de natureza cognitivo-comunicativas para explicar a mudança encontra respaldo na gramaticalização, haja vista que esse paradigma de investigação ajuda a esclarecer os padrões de variação das formas. Como desdobramentos da sua atuação, consideramos importantes para elucidarem essas questões três dos princípios propostos por Hopper, quais sejam o da estratificação, o da persistência e da especialização.

É de Tavares (2013, p. 39) a opinião de que a gramaticalização age pelo princípio da persistência, porque, segundo a autora, “matizes dos significados originais de uma forma linguística tendem a aderir a ela, conservando-se ao longo do processo de gramaticalização”. Sobre o princípio da especialização, a autora também defende que os fenômenos de variação podem ser resolvidos no curso do tempo, na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, como também, na abordagem funcionalista, no que diz respeito a “fenômenos de estratificação”.

Pelo exposto, ratificamos a impressão de que as abordagens baseadas na noção de gramaticalização, com todo o aparato teórico já consolidado, são eficientes para analisar e explicar satisfatoriamente muitos dos fenômenos que envolvem a mudança linguística.

Na seção 4, a seguir, passamos a discutir o Sociofuncionalismo, ou seja, a viabilidade de um duplo e concomitante olhar sobre o dinamismo em que se assenta a língua, considerada em toda a sua emergencialidade.

4 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA + FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO: SOCIOFUNCIONALISMO

Diante das discussões apresentadas, é possível defender uma convergência plena entre as duas teorias? Até que ponto podemos vislumbrar um enfoque duplo? É razoável a defesa de uma terceira via de análise que aglutine satisfatoriamente princípios e pressupostos de ambas as abordagens?

Se nos pautarmos por pontos de vista como, por um lado, o de Bolinger (1977), que se mostra radical ao afirmar que a condição natural da linguagem é manter uma forma para um significado e um significado para uma forma, e, por outro lado, Camacho (2003, p.64), ao afirmar que “as posições assumidas por Labov impedem o alinhamento da Sociolinguística Variacionista com qualquer tipo de enfoque funcional”, não seria difícil desistirmos de considerar uma proposta aproximativa entre as perspectivas teóricas ora cotejadas. De fato, asserções como essas, tomadas de maneira descontextualizada, lançariam por terra a pretensão de se fazer convergir ambas as abordagens.

No entanto, apesar de divergências dessa natureza, várias pesquisas acenam ao reconhecimento de pressões funcionais para explicar a variação/mudança, estabelecendo pontos de aproximação entre a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo – especialmente, a vertente denominada Linguística Baseada no Uso (BYBEE, 2010). Esse visível contato tem possibilitado uma junção, que atende pelo nome de Sociofuncionalismo, rótulo sobre o qual florescem estudos cada vez mais bem sucedidos, à medida que apresentam resultados explicitadores de nuances do comportamento da língua e dos contextos de uso.

De acordo com investigações epistemológicas sobre as duas teorias, bem como pesquisas mais específicas de Tavares (2003; 2013) e Tavares; Gorski (2013), alguns pressupostos teórico-metodológicos comuns aos dois modelos serão destacados e comentados de forma sucinta, como pontes que se articulam entre os dois postulados.

Em primeiro lugar, revela-se a importância do caráter inerente da variação nas línguas (LABOV, 2003). Ao contrário do que se defendia até a década de 1960 – a língua como sistema estático e homogêneo – Labov centraliza seus estudos em defesa da variação do uso da língua, acreditando que ela é dinâmica, sofre pressões do uso e continuamente se modifica (GUY, 1995). Sob essa perspectiva, a gramática funcional se identifica com a proposta sociolinguística da variabilidade – também considerada fenômeno inerente à língua (BYBEE, 2010).

Outro aspecto que une as duas abordagens é a centralidade nas análises que priorizam a língua em uso (LABOV; HERZOG, 2006; GIVÓN, 1995), porquanto se percebe que ambas as vertentes contemplam pesquisas que partem de dados da língua no momento da interação, do dinamismo do processo comunicativo, valorizando aspectos do mundo linguístico e extralinguístico do falante, elegendo métodos de natureza quantitativa da fala espontânea das diversas comunidades. Em outras palavras, ambos podem conferir tratamento com quantificação para atestar

fenômenos de variação/mudança. Labov usou métodos estatísticos para estudar fonologia e gramática atreladas aos fatores sociais, estratégia que pode ser estendida para possíveis explicações de estudos morfossintáticos, inclusive, podendo-se observar dados sincrônicos e diacrônicos de mudança para se obter análises mais refinadas (LABOV, 2008; HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Além de utilizar dados de língua em uso como fonte de pesquisa, trabalhos comuns às duas propostas compreendem a mudança como processo contínuo, gradual (GIVÓN, 1995; GUY, 1995; HOPPER, 1987). É mister citarmos, também, como semelhanças entre ambas, o que se denomina a “crença no uniformitarismo”, ou seja, a utilização das forças linguísticas responsáveis pela variação e mudança de hoje para explicar o que ocorreu no passado (LABOV, 2008; HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Outro fator de destaque para os dois estudos é a relevância da frequência de uso para as pesquisas, salientando que, para o Funcionalismo, a frequência prevê regularidade da gramática e, para a Sociolinguística Variacionista, frequência prevê o índice de difusão sociolinguística (LABOV, 2008), sendo importante também como meio para comparação nos tratamentos estatísticos.

Em meio a todos esses postulados que sustentam as duas teorias, defende-se que há relação entre a variação morfossintática e o processo de mudança por gramaticalização. Semelhantemente, como, para o Funcionalismo, a gramaticalização é um fenômeno que revela mudanças induzidas pelo contexto de uso (BYBEE, 2010), para a Sociolinguística, é também vista como fonte de possíveis explicações para a variação/mudança (LABOV, 2010). É digno de nota que, para o primeiro, priorizam-se os estudos das trajetórias de formas e suas multifuncionalidades; para o segundo, formas alternantes para um mesmo significado. Considerando esse pensamento, na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, a mudança decorre da variação; na perspectiva da gramaticalização, a mudança pressupõe variação. Na visão de Görski et al. (2003, p.107):

A relação entre *mudança por gramaticalização* e *variação* pode ser assim resumida: no decorrer de sua evolução um dado item passa a desempenhar múltiplas funções, que podem abranger apenas mudanças semânticas ou ser acompanhadas de mudanças categoriais (*uma forma* com mais de uma função – foco da gramaticalização). Nessa trajetória, seu uso pode expandir-se para um domínio funcional já codificado por outro item, passando a disputar com ele o direito à representação da função/significado (*mais de uma forma* com uma função/significado – foco da variação).

Desse modo, embora seguindo percursos com pontos iniciais (*input*) diferentes, a gramaticalização é pertinente para as duas teorias, porquanto elucida regularidades e aponta motivações funcionais para explicar a variação/mudança.

Sintetizando, grosso modo, essa via de abordagem, convém apropriarmos-nos do pensamento de Tavares (2003, p. 144) que considera sociofuncionalista a pesquisa que

articula pressupostos do Funcionalismo (estudo da função, análise de aspectos discursivos e processos mentais, tendências de uso entendidas como reflexo da organização do processo comunicativo, dentre outros) e da sociolinguística (variação, quantificação dos dados de acordo com variáveis sociais e estruturais, motivação social da mudança, dentre outros).

Pelo exposto, podemos tirar bom proveito desse enlace teórico no estudo sobre a variação e a mudança linguísticas, atividade para a qual o aparato de ambas as abordagens, convergentes em tantos pontos, a despeito de algumas incongruências, deve ser visto como profícuo e estimulador de uma nova leitura para fenômenos linguísticos que podem ser desvelados à luz de perspectivas que contemplem o social, o contexto, o uso.

4.1 COMO FAZER SOCIOFUNCIONALISMO

Conforme se pode ver em Silva e Freitag (2014, p. 01), no Brasil, o Funcionalismo tem apresentado produtiva “articulação com a Sociolinguística, seja na abordagem de interface, como a proposta do Sociofuncionalismo (TAVARES, 2013), seja com a definição de amostras de análise constituídas sob a metodologia sociolinguística.” Os autores mencionam, ainda, a origem desses estudos como uma tradição tributária das pesquisas iniciadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (VOTRE; NARO, 1989), com o Programa de Usos da Língua – PEUL, e bancos de dados sociolinguísticos que seguiram sua metodologia.

De um modo geral, a análise de fenômenos sob a perspectiva funcionalista em amostras constituídas de acordo com a metodologia da Sociolinguística Variacionista não garante – apenas por esse aspecto – que a pesquisa venha a ser considerada sociofuncionalista. Entretanto, ela pode se constituir em estratégia importante para uma abordagem comparativa, uma vez que a utilização de bancos de dados a partir das categorizações padronizadas pela Sociolinguística fornece o aparato para o que pesquisador funcionalista consiga observar a variação e a mudança pela ótica da gramaticalização. Ou seja, viabiliza-se o acompanhamento de tendências de mudança acomodadas à emergência da gramática, levando em conta fatores sociais diversos, como os contemplados na metodologia variacionista.

A título de ilustração sobre que características poderiam materializar uma análise nos moldes em que aqui cogitamos, podem ser elencados alguns estudos já realizados no Brasil e que dão conta da descrição/análise de fenômenos intervenientes na mudança linguística, alcançando resultados somente possíveis em razão dos recursos disponibilizados na associação das duas abordagens.

Nesse sentido, podemos mencionar o trabalho de Tavares (2003), intitulado *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações - um estudo sociofuncionalista*. Nele, a autora investiga fenômenos de mudança, a partir da identificação de formas variantes em competição pela preferência do falante. São eleitos os conectores mencionados no título do trabalho, os quais, acomodados a uma concepção de *domínio funcional* inspirada em Givón (1984), prestam-se a uma análise criteriosa do seu comportamento em eventos comunicativos. Na análise envidada por Tavares (2003), as trajetórias de mudança funcional seguidas por *e, aí, daí e então* rumo à sequenciação são tratadas em correlação com fatores linguísticos e sociais elencados como interdependentes nas seleções realizadas pelos falantes. Tavares (2003) utiliza dados coletados em entrevistas sociolinguísticas pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil), como também amostras extraídas de textos escritos em português dos séculos XIII ao XX. Como necessita retroceder a recortes temporais mais remotos, a autora lança mão, com exímio cuidado metodológico, de dados encontrados no romance *As Vinhas da Ira*, da autoria de John Steinbeck, cuja tradução para o português levou em conta marcas do dialeto das classes populares do Rio Grande do Sul⁸. A pesquisa alcança resultados satisfatórios, revelando, em abundância de detalhes, a trajetória de gramaticalização dos itens selecionados, corroborando, assim, a relevância que a conexão entre aspectos sociais e linguísticos, perscrutados à luz do Sociofuncionalismo, assume em estudos sobre os usos da língua.

Outro trabalho digno de nota na pesquisa linguística brasileira é o de Barcia (2006), intitulado *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*, no qual a autora desenvolve uma análise sociofuncionalista a respeito do processo de gramaticalização de *vossa mercê > você*. Como estratégias de organização da análise, Barcia (2006) expõe, em primeiro lugar, a distribuição geral dos dados, para em seguida discutir a influência: do tipo de interação, dos destinatários, das relações sociais, do tipo e tema das cartas; em uma segunda fase, aborda o processo de pronominalização de *Vossa Mercê > você*, em busca de etapas do processo de gramaticalização que o inserem em nosso sistema pronominal. A autora relaciona alguns exemplos de estratégias nominais e pronominais, as quais são utilizadas na referência ao interlocutor nas cartas: *vossa excelência, vossa senhoria, vossa mercê*, variantes de *vossa mercê (vocemecê, voçuncê, mecê, etc)*, *você, vós e tu*. O controle de alguns fatores relacionados como mais relevantes para o pacote de variação (*papel social do destinatário, tipo de carta ou tema, contextos discursivos*) irá responder a uma das perguntas da pesquisa: “que fatores teriam determinado as altas frequências de *Vossa Excelência* no corpus?”. Na segunda parte do trabalho de Barcia (2006), reserva-se um espaço para analisar o estágio de gramaticalização de *Vossa Mercê > Você*, com base em Lehmann (1985); Hopper (1991); Heine (2002), apresentando-se resultados referentes a *Vossa Mercê*, e suas variantes, *Vossa Mercê, Você, Tu e Vós*, controlando-se fatores como: expressão do sujeito; co-referencialidade e funções sintáticas, em busca de observar motivações linguísticas e extralinguísticas que contribuem para assinalar o progresso do processo de

gramaticalização dos itens tratamentais, favorecendo a entrada do *ocê* no nosso sistema pronominal.

Estes dois exemplos de trabalhos aqui mencionados podem nos fornecer indícios da importância que essa confluência de abordagens vem a assumir. Através de uma sedimentação teórica nesses moldes, ganham relevo os estudos preocupados com a percepção de que fatores não linguísticos são intervenientes nas escolhas que os falantes realizam e alimentam as conseqüentes mudanças de que a língua é continuamente passível. Cabe ressaltar que os dados alçados à análise nos dois trabalhos mencionados foram quantificados e submetidos ao pacote estatístico VARBRUL, importante ferramenta disponibilizada aos variacionistas no que tange ao estudo da interposição de fatores.

Cabe-nos afirmar, então, que a abordagem sociofuncionalista consiste numa perspectiva de análise refinada, indicativa de tendências das formas em competição, possibilitando que o percurso investigativo seja guiado pela observação de fatores linguísticos e extralinguísticos, os quais devem aliar valores quantitativos a elementos qualitativos. Dessa maneira, o tratamento dos dados envolve comparação, hipotetização, testagens em busca de motivações que identifiquem as variações para melhor explicar as mudanças, relacionando-as a seus contextos produção, processamento e recepção. Há de se notar, também, que as tabelas quantitativas responsáveis pela exposição de números, tão caras aos estudos variacionistas, por si sós não são suficientes para compor a explicitação da mudança, visto que esta deve se completar pelas análises qualitativas de fatores linguísticos e sociais, os quais se entrecruzam no caminho da gramaticalização.

CONCLUSÃO

Este artigo revisitou conceitos e pressupostos teórico-metodológicos das teorias sociolinguística e funcionalista, na tentativa de levantar possíveis relações aproximativas no tratamento da variação/mudança nas duas vertentes, tendo em vista a defesa de uma terceira abordagem, esta aglutinadora de fundamentos convergentes à possibilidade de exploração em pesquisas sobre a mudança linguística.

Nesse sentido, estudar a mudança alinhando-a a uma interface sociofuncionalista, apesar dos impasses teóricos, acena para algumas confluências, a saber: a primazia do uso da língua; o destaque para a frequência; estudo de cunho sincrônico atrelado ao diacrônico; interesse por fatores interacionais; gradualidade da mudança; uniformitarismo, entre outros⁹.

Com relação à mudança por gramaticalização, revela-se a mais saliente nos estudos do Sociofuncionalismo, sendo, inclusive, considerado um dos pilares da teoria, tendo destaque, até mesmo nos estudos de Labov, sobretudo, porquanto cita autores como Heine e Kuteva (2005); Hopper e Traugott (2003), ao defender a unidirecionalidade nos percursos de mudança. Ressalte-se que a estratificação, a persistência e a especialização (princípios hopperianos da gramaticalização) são

efetivamente esclarecedores para explicar a mudança, fato que conflui às duas vertentes.

Sendo assim, a perspectiva de olhar duplamente a variação/mudança é um modelo sociofuncionalista que vem se configurando produtivo para as investigações sobre a dinâmica da língua.

Ademais, podemos indicar que as pesquisas realizadas nessa perspectiva devem ser cada vez mais publicizadas, não se descartando a possibilidade de que reflexões e descobertas futuras podem contribuir para a ampliação de horizontes e enriquecimento das abordagens no campo emergente da Sociolinguística e do Funcionalismo, especialmente, onde ambas se entrelaçam.

Notas

¹ Tradução nossa.

² Tradução nossa.

³ O envelope de variação consiste na definição das variáveis que vão influenciar no uso da variante. As variáveis são relevantes nesse tipo de análise, uma vez que, como grupo de fatores condicionadores, serão determinantes no resultado dos “duelos” travados pelas formas linguísticas em competição. As variáveis podem ser de natureza linguística ou extralinguística, esta última definida a partir de elementos externos ao sistema.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Descrição considerada mais adequada para os casos em que a gramaticalização se mostra, sincronicamente, como um processo em estágio incipiente.

⁶ Givón (1979, p. 83).

⁷ A noção de “desbotamento semântico” deve ser relativizada, já que as formas em gramaticalização ganham significados de natureza (inter)subjativa (TRAUGOTT, 2010). A perda de significados referenciais, na realidade, é compensada pela semanticização de inferências.

⁸ As Vinhas da Ira, romance escrito em 1939, teve sua primeira tradução brasileira, em 1940.

⁹ Tavares e Gorski (2015), com base numa exaustiva revisão de trabalhos atinentes à Sociolinguística, ao Funcionalismo e aos seus próprios trabalhos sociofuncionalistas, apresentam uma análise pormenorizada dos impasses teóricos e das convergências que, na sua visão, emergem na interface Sociolinguística/Funcionalismo.

Referências

BAJTIN, Mijail. **Teoría y estética de la novela**. Madrid: Taurus, 1989.

BARCIA, L. R. **As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas**: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

BRINTON, L. TRAUGOTT, E. C. **Lexicalization and language change**. Cambridge University Press, 2005.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BOLINGER, D. **The form of language**. CAMPOY, H. Definición y orígenes de la sociolingüística. In: CAMPOY, H.J.M.; ALMEIDA, M. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Granada: Comares, 2005.

CASTILHO, A. T. *A gramaticalização*. In **Cadernos de estudos linguísticos e literários**. Salvador: UFBA, 1997.

_____. **A língua falada no ensino do português**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIK, S. **The theory of functional Grammar**. Dordrecht - Holland/Providence RI- U.S.A.: Foris Publications, 1989.

FERNANDEZ, F. M. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistics methateory**. New York: Pergamon, 1984

FURTADO DA CUNHA, A.; OLIVEIRA, M. R. de; VOTRE, S. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. In: **D.E.L.T.A.** São Paulo: february/july, 1999, v. 15. n. 1.

GIVÓN, T. The functional approach to language. In: TOMASELLO, M. (Ed). **The new psychology of language**. Lawrence Erlbaum: New Jersey, 1998. p. 41-66.

_____. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

_____. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

_____. **Functionalism and grammar**. John Benjamins: Amsterdam/ Philadelphia, 1995.

_____. **Syntax**. A functional-typological introduction. v. II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. **Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, v.1.

_____. **Context as other's minds**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

GÖRSKY, E. M; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do Gelne**. Natal: EDUFRN, v. 15. Números 1 e 2, 2013, p. 75-97.

_____. A questão do *continuum* na interface variação/gramaticalização. In: MATZENAUER, C.L.B.; MIRANDA, A. R.; FINGER, I.; AMARAL, L.I.C. do (Orgs) **Estudos da linguagem: VII Círculo de estudos linguísticos do Sul**, 2006. Pelotas: EDUCAT, 2008. p.145-172.

GUY, G. R. Form and function in linguistic variation. In: GUY, G. R; FEAGIN, C.; SCHIFFRIN, D.; BAUGH, J. (eds.) **Towards a social science of language**. Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 121-252.

_____; ZILLES, A. **Sociolingüística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. **Notes on transitivity and theme in English**. Journal of linguistics. v. 3, parte I, p. 37- 81; Parte II: p. 199-244, 1968.

_____. **Categories of the theory of grammar**. Word v.17 n.3, 1961, p. 241-282.

HEINE, B; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. **Grammaticalization a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B. **English grammar: a functional based introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____; KUTEVA, T. **The Genesis of grammar**. A reconstruction. Studies in the evolution of language. New York: Oxford University press, 2007.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. In **Bls** 13. 1997, p. 139-57.

_____. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (ed). **The new psychology of language**. Lawrence Erlbaum: New Jersey, 1998. p.155 -175.

_____. On some principles on grammaticization. In: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. (Eds). **Approaches to grammaticalization**. In: Amsterdam: John Benjamins, 1991, v.1. p. 17-35.

_____; TRAUOGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia. University of Pennsylvania, Press 11.ed. [1972]1991.

_____. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R (Eds.). **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Alves Cardoso. São Paulo: Parábola, [1972]2008.

_____. **Principle softinguistic change: cognitive and cultural factors**. Oxford: Willey Blackwell, 2010.

LEHMANN, C. **Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change** (p.303-318). *Lingua&Stile*, XX, 3, 1985.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, M. E; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1996.

MILROY, L. Review of Horvalth. Variation in Australian English: The sociolet of Sidney. **Language in Society**, 1988.

MOLLIKA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M.H. M. Estudos Funcionalistas no Brasil. In: **D.E.L.T.A.** v. 15. n. especial. São Paulo, 1999.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROBINSON, J; LAWRENCE, H; TAGLIAMONTE. **Goldvarb 2001**. Multivariate Analysis Application for Windows. Users' manual, 2001.

ROMAINE, S. What is a speech community? In: ROMAINE, S (ed.) **Sociolinguistica variation in speech communities**. London: Arnold, p. 13-24.

SANKOFF, D. Variablerules. In: AMMON, U; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K.J. (eds.) **Sociolinguistics – An international handbook of the of the science of language and society**. Berlin/New York, Walter de Gruyter, 1988, p.984-998.

SILVA, C. R.; FREITAG, R. M. Apresentação: Dossiê Funcionalismo(s). In **PROLÍNGUA**, V.9, Nº 2, 2014. <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/issue/view/1417>. Acesso em 19 de maio de 2015.

TAGLIAMONTE, S. A. Comparative sociolinguistics. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SHILLINGESTES, N. (Eds.) **The handbook of language variation and change**. Cambridge: Blackwell, 2003, p. 729-763

_____. **Analysing sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University press, 2008.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí e então**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações - um estudo sociofuncionalista. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____. Os conectores e, aí e então na sala de aula. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRN, 2007, p. 87-115.

_____. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. **Edição especial Abralín/SE**. Itabaiana, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013.

TAVARES, M. A.; GÖRSKI, E. M. Variação e sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 249-270.

THOMPSON, S. A. Subordination and narrative event structure. In: TOMLIN, R. (Ed.), **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987, p. 435-454.

TRAUGOTT, E.C. Grammaticalization. In JUCKER, A. H.; TAAVITSAINEN, I. (eds.) **Historical pragmatics**. Berlin: de Gruyter Monton, 2010.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

_____; KÖNING, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins, 1991.

TRUDGIL, P. **Sociolinguistics: An Introduction to Language and Society**. 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Eds) **Direction for historical linguistic**. Austin & London University of Texas Press.1968.

_____. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

Para citar este artigo

SILVA, Camilo Rosa; OLIVEIRA, Maria José. Variação/mudança numa perspectiva sociofuncionalista. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 2, p. 243-264, maio-ago. 2017.

Os autores

Camilo Rosa da Silva é doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2005) e atualmente é vinculado à Universidade Federal da Paraíba onde atua na Graduação em Letras e na Pós-Graduação em Linguística.

Maria José Oliveira é doutoranda em linguística pela Universidade Federal da Paraíba e professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.